

# **A FORMAÇÃO DA AGENDA ULTRALIBERAL NO BRASIL: O PAPEL DA GRANDE IMPRENSA**

**FRANCISCO CÉSAR PINTO DA FONSECA**

## **RESUMO**

A comunicação objetiva analisar a formação da agenda ultraliberal no Brasil, entre 1985 e 1992, por meio da grande imprensa diária: os jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, Jornal do Brasil e O Globo.

A “Nova República” foi o cenário em que a crise do Estado se expressou de forma aguda, o que implicou a reação de diversos atores liberais, sobretudo a grande imprensa, que interpretaram tal crise como uma crise “geral” do Estado, supostamente verificada em todos os lugares, e não uma crise particular do “Estado desenvolvimentista”, fundado historicamente em bases autoritárias.

Conclui-se que a grande imprensa, sobretudo após a declaração da moratória, em 1987, contribuiu fortemente para formar a Agenda ultraliberal, pois pressionou decisivamente pela sua implantação por parte do Governo Collor.

Dessa forma, pode-se dizer que a grande imprensa vetou o debate sobre as razões da crise do “Estado desenvolvimentista” brasileiro, e também sobre as possíveis alternativas para superá-las ao adotar um discurso em uníssono, vulgarizando e divulgando um “pensamento único”, o que implicou estabelecer um “consenso forjado”.

**XXIX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**

**GT:**

**MÍDIA, POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA**

**A FORMAÇÃO DA AGENDA ULTRALIBERAL NO BRASIL:**

**O PAPEL DA GRANDE IMPRENSA**

**FRANCISCO CÉSAR PINTO DA FONSECA**

**(FGV/SP e PUC/SP)**

## A FORMAÇÃO DA AGENDA ULTRALIBERAL NO BRASIL:

### O PAPEL DA GRANDE IMPRENSA<sup>1</sup>

FRANCISCO FONSECA<sup>2</sup>

#### INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva refletir sobre o papel político/ideológico da grande imprensa brasileira quanto ao embate entre as doutrinas “intervencionista” (keynesianos, social-democratas, nacional-desenvolvimentistas, dentre outros) e ultraliberal. Pretende-se demonstrar como os principais periódicos nacionais – isto é, o *Jornal do Brasil (JB)*, *O Globo (OG)*, a *Folha de S. Paulo (FSP)* e *O Estado de S. Paulo (OESP)* – procuraram influenciar os grupos estratégicos da sociedade brasileira e os centros decisórios assim como contribuíram decisivamente para a formulação da agenda política que, a rigor, seria implementada pelo Governo Collor.

No contexto da chamada “Nova República” (1985-1989), momento de transição do regime político e de revisão econômica por parte de diversos atores, os periódicos em foco – possuidores de perfis ideológico/editoriais distintos – se envolveram em disputas renhidas sintetizadas na contenda pela reversão do modelo de desenvolvimento nacional, até então caracterizado pela intervenção do Estado na economia, isto é, o modelo nacional-desenvolvimentista. O embate que paulatinamente tomou corpo no Brasil em verdade já havia sido constituído nos países de capitalismo central, sobretudo desde a ascensão de Margareth Thatcher e de Ronald Reagan no início dos anos 80. Paralelamente a esse embate, observaremos os efeitos das mudanças no modelo de acumulação, em que a formulação “fordista/keynesiana” (intervencionista) do pós 2º-guerra cederá paulatinamente lugar ao chamado “modelo de acumulação flexível”, marcado pela ascensão do capital financeiro e pela internacionalização dos capitais, dentre outros aspectos. Assim, pretende-se neste trabalho conjugar a variável político/ideológica (a retórica ideológica e a formação da opinião) à variável econômica (os processos de

---

<sup>1</sup> Este artigo é resultante de pesquisas financiadas pelo Núcleo de Pesquisas e Publicações (NPP) da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, intitulada, em forma de trilogia, *A Agenda da Transformação: A Imprensa e a Agenda Neoliberal no Brasil* que, por sua vez, é parte constitutiva da tese de doutoramento, apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP) em 2001. A tese e o artigo compõem o livro *O Consenso Forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 2005. Por fim, uma primeira versão deste artigo foi publicada na revista *Estudos Históricos*, CPDOC da FGV/RJ, em 2003, dossiê mídia.

<sup>2</sup> FRANCISCO C. P. FONSECA é cientista político e historiador, professor de ciência política da FGV/SP e da PUC/SP.

produção e circulação advindos dos modelos de acumulação capitalista). Tal articulação é fundamental por permitir uma compreensão ampla dos grandes embates históricos, pois, além do mais, os próprios interesses da grande imprensa enquanto empresa capitalista e como representantes de grupos sociais emergiram daí e puderam assim ser analisados.

Já na parte final deste trabalho procuraremos demonstrar, por meio de excertos de editoriais e matérias jornalísticas retiradas dos quatro periódicos em tela, como se deu a atuação destes em relação à construção da agenda ultraliberal. Veremos que as controvérsias em relação a questões como a ordem internacional pós-queda do muro de Berlim, a abertura econômica, as privatizações, a reserva de mercado à indústria nacional da informática, o capítulo sobre a ordem econômica e social da nova Constituição, dentre outros, expressaram especificidades nacionais de um embate ideológico maior, pois internacional, dado que nas décadas de 1980 e 1990 tal embate varreu o mundo com a inequívoca vitória das teses ultraliberais.

O fato de o Governo Collor ter implementado a agenda ultraliberal<sup>3</sup> é, portanto, dentre outros motivos, uma decorrência da atuação da grande imprensa durante a “Nova República”.

## **GRANDE IMPRENSA: PAPEL POLÍTICO/IDEOLÓGICO**

Dado ser a imprensa, notadamente a grande imprensa escrita, a instituição capaz simultaneamente de publicizar, universalizar e sintetizar linhagens ideológicas, este trabalho entende serem os periódicos acima referidos um dos instrumentos mais eficazes de representação político/ideológica. Em razão de sua periodicidade diária, com todo o aparato de manchetes, editoriais, artigos, charges, fotos, reportagens, dentre outros recursos, em boa medida subliminares, os jornais são capazes de exercer uma influência sutil que lhes permite sedimentar – embora de forma não mecânica – uma dada idéia, opinião ou representação. Não bastasse isso, as *trincheiras ideológicas*, no contexto de

---

<sup>3</sup> Utilizamos o termo *ultraliberal*, em vez de “neoliberal”, devido ao uso indiscriminado deste último, que, desta forma, mais confunde do que esclarece. Como a própria grande imprensa se refere ao liberalismo de forma pouco criteriosa, a idéia de um *ultraliberalismo* revela-nos a radicalidade – no sentido da implementação de uma agenda claramente determinada e em razão de seu *modus operandi* – com que os liberais do século XX atuaram com vistas à obtenção da hegemonia. Busca-se, com isso, um critério de diferenciação capaz de desvendar os meandros e artimanhas da contenda ideológica protagonizada pelos periódicos em foco.

uma *guerra de posições*, são particularmente expressas na atuação dos jornais<sup>4</sup>. Estes, para além da clareza do poder ideológico que possuem, objetivam a veiculação de idéias que influenciem a chamada *opinião pública*<sup>5</sup>, os detentores do poder estatal, e ainda determinados segmentos sociais (dos quais, por vezes, são porta-vozes).

Observe-se que a grande imprensa, concebida como ator político/ideológico, deve ser compreendida “(...) fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social.”<sup>6</sup> Além do mais, a imprensa representa uma instituição em que “(...) se mesclam o público e o privado, [em que] os direitos dos cidadãos se confundem com os do dono do jornal. Os limites entre uns e outros são muito tênues.”<sup>7</sup> Afinal, a imprensa representa uma das instituições mais eficazes na inculcação de idéias no que tange a grupos estrategicamente reprodutores de opinião – constituídos pelos estratos médios e superiores da hierarquia social brasileira –, caracterizando-se (seus órgãos) como fundamentais *aparelhos privados de hegemonia*. Em Gramsci, os *aparelhos privados de hegemonia* podem ser assim sintetizados:

“(...) são organismos sociais ‘privados’, o que significa que a adesão aos mesmos é voluntária e não coercitiva, tornando-os assim relativamente autônomos em face do Estado em sentido estrito [no contexto, portanto, de sua configuração *ampliada*, isto é, sociedade política + sociedade civil, possível nas conformações sociais do tipo “ocidente” – FF]; mas deve-se observar que Gramsci põe o adjetivo ‘privado’ entre aspas, querendo com isso significar que – apesar desse seu caráter voluntário ou ‘contratual’ – eles têm uma indiscutível

---

<sup>4</sup> Como se sabe, “trincheiras ideológicas” e “guerra de posições” são conceitos elaborados por Antonio Gramsci como forma de compreender o papel das superestruturas ideológicas nas sociedades em que a sociedade civil é complexa e desenvolvida, sendo a dominação sofisticada e subliminar. Dessa forma, o referencial teórico que adotamos tem como premissa que *hegemonia* é um conceito fundamental à dominação, sobretudo em se tratando da imprensa.

<sup>5</sup> Quanto à expressão *opinião pública*, utilizada abundantemente pelos periódicos, que se colocam como representantes da mesma, descartamo-la enquanto categoria explicativa, pois: a) “opinião pública” para os grandes jornais significa a “opinião” de seus leitores, isto é, cerca de 15 milhões (numa perspectiva superestimada) de pessoas num universo de 170 milhões de habitantes, isto é, as classes médias e proprietárias – trata-se portanto de uma expressão absolutamente restritiva; e b) (mais importante) esta expressão é invocada pelos jornais, em inúmeras situações, simplesmente para identificar a *sua (do jornal) própria opinião*, que, embora privada, pretende se passar por “pública”. Por tudo isso, “opinião pública” funciona essencialmente como um recurso retórico/ideológico estratégico e fundamentalmente voltado a encobrir – interesses particularistas e privados – do que a revelar. Daí o descartarmos como conceito analítico.

<sup>6</sup> CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino - Imprensa e Ideologia: o Jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo, Alfa-Omega, 1980, pág. XIX.

<sup>7</sup> CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo, Contexto/Edusp, 1988, pág. 18.

dimensão pública, na medida em que são parte integrante das relações de poder em dada sociedade.”<sup>8</sup>

Embora a elaboração de um jornal de grande circulação seja extremamente complexa, em razão da quantidade de pessoas envolvidas, da diversidade de temas, da velocidade e mutabilidade da informação e do próprio *processo de produção* jornalístico<sup>9</sup> – que se inicia de certa forma com as fontes/bastidores/reportagens e termina impresso nas páginas do periódico, dentre outros aspectos –, há no jornal como um todo um *núcleo ideológico*, sintetizado em boa medida pelos *editoriais*, mas que perpassa (ênfatize-se) o periódico em sua integralidade. Além do mais, a rígida hierarquia existente nos órgãos da grande imprensa demonstra claramente que, apesar dessa complexidade, os proprietários do jornal possuem um amplo controle sobre o processo produtivo do mesmo, e conseqüentemente sobre o produto final, as notícias, que são concebidas como mercadoria.

Dessa forma, os jornais como **empresas capitalistas**, que objetivam o lucro, são analisados por Max Weber, que afirma a necessidade de se observar a relação entre Capital e função ideológica, pois:

“Se ha dicho que el obvio cambio de opinión de determinados diarios franceses (...) puede explicarse simplemente por el hecho de que el importante capital invertido de forma fija por estas modernas empresas periodísticas justifica el aumento de su nerviosismo, y las hace depender del público, al detectarse cualquier inquietud entre éste, que suele traducirse en la anulación de pedidos, resultando esta situación comercialmente insoportable. (...)”

“(...) Debemos preguntarnos: qué significa el desarrollo capitalista *en el interior* de la propia prensa para la posición sociológica de la prensa em general, para el papel que desempeña en la formación de la opinión pública?”<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e Política: A Dualidade de Poderes e Outros Ensaio*. São Paulo, Cortez, 1994, págs. 54 e 55.

<sup>9</sup> Para além do processo produtivo em si, a formação do *Grupo Folha* como amostra da constituição de um complexo empresarial de notícias é discutida por TASHNER, Gisela. *Folhas ao Vento. Análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.

<sup>10</sup> WEBER, Max. “*Para una Sociología de la Prensa*” In *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, nº 57, jan-mar./1992, pág. 255, ênfases do autor. Centro de Investigaciones Sociológicas, Madrid. É interessante observar que este texto, resultado de uma palestra proferida em 1910, já sinalizava grandes problemas sobre o caráter da imprensa, sinalizações estas que, do ponto de vista do duplo papel dos jornais, são confluentes à perspectiva de Gramsci.

Ora, o *papel empresarial da grande imprensa* torna-se distinto de seus similares de outros setores econômicos, pois, não bastasse a função de modelar a opinião, sua mercadoria – a notícia – está sujeita a variáveis mais complexas e sutis<sup>11</sup>. O fato de o capital fixo investido ser volumoso faz com que uma eventual perda de leitores e anunciantes provoque estragos nesta atividade “de risco” que é a produção de *informação*. O poder da imprensa implica, portanto, um instável equilíbrio entre formar opinião, receber as influências de seus leitores e de toda a gama de fornecedores e anunciantes, auferir lucro e atuar como *aparelho privado de hegemonia*. A inversão de capital fixo apontada por Weber é, dessa forma, um elemento-chave neste equilíbrio.

Mas é importante notar que, como anteriormente aludido, este trabalho privilegia os *editoriais*, pois representam tanto a posição oficial como a linha ideológico/editorial de conduta dos jornais, e, por isso, serão os alvos principais de nossa análise. Segundo José Marques de Melo, nas sociedades capitalistas:

“(...) o editorial reflete não exatamente a opinião de seus proprietários nominais mas o consenso das opiniões que emanam dos diferentes núcleos que participam da propriedade da organização. Além dos acionistas majoritários, há financiadores que subsidiam a operação das empresas, existem anunciantes que carregam recursos regulares para os cofres da organização através da compra de espaço, além de braços do aparelho burocrático do Estado que exercem grande influência sobre o processo jornalístico pelos controles que exercem no âmbito fiscal, previdenciário, financeiro.

“Assim sendo, o editorial afigura-se como um espaço de contradições. Seu discurso constitui uma teia de articulações políticas e por isso representa um exercício permanente de equilíbrio semântico. Sua vocação é a de apreender e conciliar os diferentes interesses que perpassam sua operação cotidiana”.<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> Em relação à ausência de controles em relação à “mercadoria notícia”, ver o meu artigo “Democracia Virtual: a Mídia sem Freios e Contrapesos” In IANNI, Octavio (org.), *Desafios da Comunicação*. Petrópolis, Vozes, 2000.

<sup>12</sup> MELO, José Marques de. *A opinião no Jornalismo Brasileiro*. Petrópolis, Vozes, 1994, págs. 96 e 97.

O *editorial* representa, portanto, segundo a passagem acima, um *locus especial* no jornal, tendo em vista condensar seus múltiplos interesses. Acreditamos, além do mais, que o editorial, além de dialogar com o Estado, objetiva influenciar outras arenas decisórias – tais como partidos políticos, movimentos sociais, representantes orgânicos de classes sociais, entidades profissionais, dentre outras –, dado que estas entidades são retransmissoras potenciais da opinião do jornal. Por outro lado, o jornal é canal de expressão de determinados setores – no caso da grande imprensa, sobretudo as *camadas médias* e o *Capital*. Trata-se, assim, de uma relação dialética, compreensível somente através da observação sistemática do processo histórico e do posicionamento dos jornais perante o mesmo

Mas analisar a imprensa como *aparelho privado de hegemonia* implica desnudar um discurso por excelência ideológico, *ideologia*<sup>13</sup> aqui definida *como capacidade de universalização de interesses/visão de mundo particularistas, o que implica fundamentalmente um contínuo e sinuoso processo de ocultação da realidade*.

Especificamente, neste trabalho observa-se o papel político da grande imprensa através da perspectiva do *embate ideológico com vistas à obtenção da hegemonia ultraliberal*, ou, em outras palavras, da condução (*direção*) do movimento que o produz. Tal embate representa o cerne da questão da substituição da **agenda político/econômica** – isto é, do desenvolvimentismo pelo ultraliberalismo –, como deixam claras as obras dos autores ultraliberais, como Von Mises, Von Hayek, Milton Friedman, dentre outros.

Assim, tanto a elaboração de certas idéias – em relação à imprensa brasileira vinculadas à realidade nacional – como a canalização de um conjunto delas, isto é, o ultraliberalismo, fazem com que a grande imprensa seja peça fundamental na montagem do “quebra-cabeças” acerca da – aqui pressuposta – conquista hegemônica por parte do ultraliberalismo. Vejamos, então, como Gramsci define a relação entre a imprensa e seus receptores, isto é, os leitores:

---

<sup>13</sup> Dentre outros autores, baseamo-nos em especial no seminal livro de Terry Eagleton para a definição e problematização do controverso conceito de ideologia. Cf. EAGLETON, Terry. *Ideology, An Introduction*. Oxford, 1991.



“(...) o elemento fundamental [além do aspecto comercial] para a sorte de um periódico é o ideológico, isto é, o fato de que satisfaça ou não determinadas necessidades intelectuais, políticas.<sup>14</sup>

[Em contrapartida:] “Os leitores devem ser considerados a partir de dois pontos de vista principais: 1) como elementos ideológicos ‘transformáveis’ filosoficamente, capazes, ducteis, maleáveis à transformação; 2) como elementos ‘econômicos’, capazes de adquirir as publicações e de fazê-las adquirir por outros. Os dois elementos, na realidade, nem sempre são destacáveis, na medida em que o elemento ideológico é um estímulo ao ato econômico da aquisição e da divulgação.”<sup>15</sup>

O caráter simultaneamente ideológico e econômico do leitor (receptor), apontado por Gramsci, remete uma vez mais à caracterização da grande imprensa, pois estruturada como: i) *aparelho privado de hegemonia*, ii) empresa capitalista, e iii) ator político/ideológico (por vezes assemelhado a um partido político).

Portanto, essa discussão conflui para o tema da *circulação das idéias*, ao qual a imprensa possui um papel central, pois implica *disponibilizar idéias e imagens, muitas vezes sob a forma de informação*, ao cidadão comum, por meio de uma linguagem simples que, no caso, por vezes assume o caráter de *vulgarização*. Trata-se, em outras palavras, da utilização do recurso da extrema simplificação dos problemas, o que implica a elaboração de pares dicotômicos, realizados sem mediações, com vistas à *divulgação* de questões altamente complexas, caso da crise do modelo de desenvolvimento “intervencionista”, que observamos abaixo.

---

<sup>14</sup> GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1985, pág. 179.

<sup>15</sup> Idem, *ibidem*, pág. 163.

## **SÉCULO XX: A GRANDE CONTENDA IDEOLÓGICA (INTERVENCIONISMO VERSUS ULTRALIBERALISMO) E AS TRANSFORMAÇÕES NO MODELO DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA**

Dentre diversas contendas relevantes ocorridas no século XX, pode-se afirmar que as proposições “intervencionistas” encontraram nos ultraliberais vigorosos opositores. Tal contenda perpassa todo o século e é sintetizada nas figuras de Keynes e de Hayek.

Em relação ao keynesianismo, intrinsecamente articulado à sua teoria econômica deve-se considerar o aspecto político (que, a rigor, vincula-se à economia política), pois tal associação implica compreender a esfera estatal enquanto *locus* de manejo decisório de políticas macroeconômicas. Dessa forma, o keynesianismo implicou, desde a década de 1930, uma dupla revolução: na *teoria econômica*, ao subverter as antigas crenças na capacidade panacéica do mercado, e na *atuação política*, ao propiciar um programa de ação estatal balizado teoricamente na economia política. Note-se, contudo, que tanto as condições materiais – necessidade de reconstrução das economias destruídas pela guerra – como os temores em relação ao socialismo, que se apresentava claramente como uma alternativa real ao capitalismo, serviram de mote ao “consenso keynesiano” que se formaria. Mas este consenso quanto à presença ativa do Estado torna-se praticamente universal, pois tanto os países centrais como os periféricos do capitalismo, apesar de estarem em situações diversas – casos paradigmáticos da Europa, que necessitava reconstruir suas economias e sociedades, e do Brasil, que lançou-se, a partir de 1937, à criação de um parque industrial –, tiveram no aparato estatal o agente central de indução ao desenvolvimento e de viabilização da “justiça social”, mesmo que no interior do capitalismo.

No Brasil, assim como em diversos outros países, o chamado modelo “nacional desenvolvimentista” teve no Estado o agente que, além planejar, proteger e subsidiar o capital nacional e regular e induzir o desenvolvimento, participava do mesmo através de atividades empresariais através do Estado-empresário. Nos anos 40, portanto em pleno processo industrializante, a contenda entre intervencionistas e liberais fora personificada respectivamente por Roberto Simonsen e Eugênio Gudin, por meio do conhecido embate

por eles protagonizado em relação à “controvérsia sobre o planejamento”<sup>16</sup>. O embate brasileiro continuou após este episódio, perdurando até os dias de hoje<sup>17</sup>.

O processo até aqui analisado confluiu, no pós-2ª guerra, para a emergência de um *novo modelo de acumulação econômica e de regulação político/ideológica*. Em outras palavras, a agenda política e econômica presente em nível internacional, sobretudo a partir de 1945, permanece expressando a desconfiança no “mercado-livre”, além de incorporar a demanda por justiça social e por um papel ativo do Estado. Vejamos como se dá esta configuração, isto é, quais os pilares do chamado *modelo fordista/keynesiano*<sup>18</sup> que, em outras palavras, rearticulou a *maneira de produzir*, conferiu um papel ativo ao Estado e tornou-se hegemônico por décadas em quase todos os países capitalistas (embora com distinções importantes), no contexto de uma nova ordem internacional:

- *modelo de acumulação baseado na estruturação fordista*, isto é, a utilização de técnicas tayloristas, o circunscrição fabril em poucos territórios nacionais e a organização *rígida* no que tange à estrutura produtiva, ao consumo, ao capital produtivo e à força de trabalho;
- *relação capital/trabalho regulada* de forma corporativa pelo Estado, caracterizando-se, nos países capitalistas periféricos, como autoritária (em larga medida), caso do trabalhismo/populismo no Brasil;
- *intervenção estatal*, através: do planejamento econômico e da regulação do mercado (lucros, *royalties*, salários e preços), da proteção ao capital nacional, da criação de um Estado de bem-estar social (*welfare state*);

---

<sup>16</sup> Este histórico debate sobre o planejamento, protagonizado por ambos, encontra-se em. GUDIN, Eugênio e SIMONSEN, Roberto. *A Controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira*. Rio de Janeiro, Ipea/Inpes, 1978. Para uma análise pormenorizada do debate econômico entre intervencionistas e liberais ver BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. R. de Janeiro, Contraponto, 1996.

<sup>17</sup> Para exemplificar o embate doutrinário/ideológico brasileiro (e latino-americano) ao longo das décadas subsequentes aos anos 40 do século XX deve-se ressaltar o papel da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) como agência problematizadora dos efeitos das assimétricas relações entre os países *centrais* e os *periféricos* do sistema capitalista, cuja desigualdade dos termos de troca entre os países ganha notoriedade. Deve-se também ressaltar o papel da chamada *Teoria da Dependência*, que esforçou-se para compreender a histórica assimetria entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, valorizando-se assim o planejamento como instrumento central ao desenvolvimento, entre outros mecanismos antitéticos ao pensamento liberal. Do ponto de vista histórico, mesmo quando o militares tomam o poder, em 1964, o discurso fortemente anticomunista das Forças Armadas não representou uma ruptura com o modelo estatal de desenvolvimento na economia, que, embora conservador, fora aprofundado através de inúmeros mecanismos.

<sup>18</sup> Baseamo-nos aqui na análise de HARVEY, David. *The Condition of Postmodernity*. UK, Oxford, 1989.

- ordem internacional estruturada na divisão do mundo em dois grandes blocos (*guerra fria*).

Assim, no âmbito capitalista, apesar da assimetria de poder entre os países centrais e periféricos, o *modelo de acumulação* e de *regulação ideológica* possuíram elementos comuns, vinculados fundamentalmente ao papel indutor do Estado. O liberalismo, portanto, notadamente no pós-guerra, *consolidara* seu brusco declínio, dado que desde os anos 30 iniciou um processo de decadência. É justamente neste momento (o pós-guerra) que a resistência ultraliberal se articula, pois voltada justamente contra a burocracia estatal, o planejamento, o Estado de bem-estar, o “nacional-desenvolvimentismo” – em outras palavras, o *intervencionismo*. O socialismo, é claro, enquanto idéia e práxis, especialmente enquanto fora ativo, seria o outro grande inimigo a ser derrotado. Vejamos, então, como os ultraliberais resistiriam ao intervencionismo presente durante a maior parte do século XX.

### **DÉCADA DE 1970: CRISE E A ASCENSÃO DO ULTRALIBERALISMO**

O modelo fordista/keynesiano fora destronado em meados dos anos 70, a partir sobretudo dos dois “choques do petróleo” (em 1973 e 1979), gerando, assim, alta da inflação e outras “disfuncionalidades” na economia. Antes disso, porém, em 1971, houve a proibição dos EUA à convertibilidade ouro/dólar que, além de desmontar a arquitetura financeira instaurada em *Bretton Woods*, sinalizara o que estaria por vir: *o surgimento de um poderoso e inédito mercado financeiro*, cada vez menos lastreado na produção. Uma espécie de “capitalismo de cassino”, segundo expressão já usual, fora aos poucos se consolidando, através de inúmeros novos mercados financeiros, a ponto de, hoje, cerca de 2 a 3 trilhões de dólares circularem *diariamente* nesses mercados em todo o mundo. Esta circulação financeira, verdadeira especulação *virtual*, somente tornou-se possível graças à criação de mecanismos informacionais que, além de compactarem o tempo e o espaço, rompendo certos limites das fronteiras nacionais, possibilitaram um crescimento inédito de capitais especulativos. Estes tornaram-se vorazes por moedas, ações e toda sorte de ativos voláteis – e incertos, diga-se –, destruindo economias em segundos, num apertar de teclas.

É nesse contexto de profunda desestruturação da ordem econômica estabelecida no pós-guerra que devemos compreender a ampliação da audiência à retórica ultraliberal. Mas os novos mercados/capitais financeiros representam apenas parte de algo maior, que, de

modo geral, pode ser denominado como *modelo de acumulação flexível*. Vejamos suas bases para que, desta forma, possamos compreender a estrutura econômica a qual os ultraliberais puderam tornar-se hegemônicos, impactando, assim, o discurso da grande imprensa (que mais nos interessa aqui) em todo o mundo. Tal reversão vem significando uma nova conformação econômico/social e político/ideológica, e confluí, como veremos, à *hegemonia ultraliberal*. De forma panorâmica, os fatores estruturais, em termos do modelo de acumulação, que contribuíram sobremaneira para a substituição da Agenda e da hegemonia vigentes desde o pós-guerra – e que são decisivos para os objetivos deste trabalho – dizem respeito, entre outros:

a) à *reestruturação produtiva*, paulatinamente tornada *flexível*, nos seguintes aspectos: introdução de novas tecnologias (sobretudo a informática e a robótica) e de novos modelos de gestão empresarial na atividade produtiva, que implicam, via de regra, a redução do capital humano; utilização do incessante processo de subcontratação de empresas (com perfis díspares) em substituição à clássica “empresa gigante” fordista<sup>19</sup>; expansão geográfica da produção econômica; rompimento do pacto entre Capital e Trabalho, até então intermediado pelo Estado, implicando uma brutal diminuição do poder dos sindicatos.

b) à *transformação da ordem internacional e à maior interdependência das economias nacionais*, em razão do ocaso do socialismo, expandindo o capitalismo para quase todos os países do globo. Com isso, as assimetrias entre os países foram ampliadas, mas, apesar destas, o tema da *abertura econômica* vem ocupando a Agenda internacional desde o início da década de 1980, tendo sido criada, com o fim de liberalizar o comércio mundial, a Organização Mundial do Comércio (OMC), provocando com isso uma menor proteção aos capitais nacionais, sobretudo nos países periféricos. Também a ascensão dos blocos regionais marca este período.

O modelo de acumulação flexível fora, portanto, o contexto econômico para importantes transformações políticas e ideológicas que se verificaram a partir do final dos

---

<sup>19</sup> É fundamental observar, como discutiremos mais abaixo, que estas transformações tecnológicas no campo informacional atingem fortemente a indústria da notícia, tendo em vista a necessidade desta em fazer circular com rapidez as notícias. Sobretudo os grandes jornais serão concitados a reestruturar seu parque editorial, com reflexos importantes em suas posições ideológicas.

anos 70. Trata-se da ascensão ao poder de agrupamentos políticos perfilhados – não sem contradições – ao ultraliberalismo. Especialmente M. Thatcher (1979), na Grã Bretanha, e R. Reagan (1980), nos EUA, comandaram uma verdadeira revolução ideológica no sentido de espriar a agenda de reformas ultraliberal.

Especificamente quanto à América Latina, o programa desenvolvido em 1989 pelo chamado “Consenso de Washington” representou basicamente um modelo a ser seguido pelos países latinos, através dos seguintes pontos: disciplina fiscal; reforma tributária desonerante da produção; liberalização financeira; liberdade cambial; liberalização comercial; ênfase no investimento do capital estrangeiro; privatização em massa; desregulação; e aprovação/reconhecimento da lei das patentes (propriedade intelectual).

Assim, sobretudo nos 80 ocorrera também uma mudança no papel das agências internacionais, tais como o FMI e o Banco Mundial, entre outras, pois fortemente vinculadas dos interesses dos EUA. Como consequência das transformações do modelo de acumulação assim como da propagação ideológica e das assimetrias do poder internacional, estas instituições contribuem decisivamente para a reformulação da ordem econômica internacional. Daí o termo “globalização” ter adquirido ampla notoriedade na medida em que pretende significar a supressão de fronteiras econômicas e a autonomia dos capitais (produtivos e sobretudo especulativos) em relação ao controle dos Estados nacionais<sup>20</sup>. É importante observar a adesão da grande imprensa a este termo<sup>21</sup>.

Portanto, a atuação do *movimento ultraliberal* – através do discurso radicalizado dos aparelhos privados de hegemonia, da ascensão de governos ideologicamente vinculados a esta corrente e da mudança das instituições internacionais – é decisiva ao surgimento do modelo de *acumulação flexível*. Por mais que os diversos fatores acima relatados possuam uma relativa independência, não se pode deixar de considerar o papel de um movimento que fora, paulatinamente, conquistando *corações e mentes*, pois, afinal, *estrutura produtiva* e *discurso ideológico* se retroalimentam, influenciando-se mutuamente.

---

<sup>20</sup> Em verdade, estas supostas características do que se chama – de forma completamente imprecisa e generalizante – de *globalização* correspondem em grande medida a um *mito convenientemente* criado, sobretudo a partir dos EUA, como forma de abrir mercados protegidos desde os anos 30 ou 40 na maior parte dos países. Cf. HIRST, Paul, e THOMPSON, Grahame. *Globalization in Question*, Oxford, 1996.

<sup>21</sup> Ressalte-se que o tema da “reforma” dos Estados nacionais ocupa papel-chave na Agenda internacional, caracterizando-se, paradigmaticamente, como “*reformas orientadas para o mercado*”, à luz, portanto, da hegemonia ultraliberal, impelidora de um modelo a ser aplicado por (quase) todos.

Nesse contexto de revigoração ultraliberal as idéias-chave – personificadas em propostas e programas de governo – desenvolvidas pelos intelectuais ultraliberais, podem ser assim *tipificadas*:

- a) precedência da *esfera privada* (o indivíduo *livre no* mercado) sobre a esfera pública, donde os temas da privatização e da desproteção das economias nacionais ocupam papel central;
- b) desmontagem do Estado de bem-estar social, pois concebido (e estigmatizado) como ineficaz, perdulário e autoritário, além de indutor de comportamentos que não valorizariam os esforços individuais;
- c) forte pressão pela quebra do pacto corporativo entre Capital e Trabalho, em nome da liberdade de “escolha individual” e da “soberania do consumidor”;
- d) ênfase nas virtudes do *livre-mercado* por aumentar a riqueza, gerando em consequência uma “natural” distribuição de renda, em razão do aumento da produtividade;
- e) aceitação da democracia apenas e tão-somente se possibilitadora do mercado livre e da liberdade individual;
- f) ênfase nas mínimas, porém importantes, funções do Estado, que deveriam voltar-se à garantia: a) da ordem e da paz; b) da propriedade privada; c) dos contratos livremente elaborados entre os indivíduos; d) do livre-mercado, através da proibição de práticas anti-concorrenciais; e) da elaboração de “normas gerais e abstratas” de conduta; e f) da desregulamentação de todos os mercados.

Esses pontos constituem uma verdadeira *Agenda de reformas*, propugnada principalmente pelos *think-tanks*<sup>22</sup> e transmitidas pelos *aparelhos privados de hegemonia*. Esta Agenda seria adaptada a cada país, conservando-se contudo tanto as matrizes como o *ethos* que a preside. É esse, portanto, o cenário das décadas finais do século XX ao qual a

---

<sup>22</sup> Os *think tanks* podem ser definidos como “(...) tanques o usinas de pensamiento que trascienden las fronteras del conocimiento en sí mismo y se proyectan a ámbitos de decisión política o económica (...) varios medios de comunicación funcionan como verdaderos promotores de ideas y que su influencia, aún a pesar de cierta ‘liviandad’ científico-académica, suele ser mucho mayor que la del pensamiento académico riguroso.” THOMPSON, Andrés A. “*Think Tanks*” en *la Argentina (Conocimiento, Instituciones y Política)*. Buenos Aires, Centro de Estudios de Estado y Sociedad, 1994, pág. 12. Portanto, os *think tanks* têm a função de elaborar certas idéias estratégicas e influenciar sua inculcação em determinados grupos. Transitam da academia aos meios de comunicação, sempre com objetivos muito bem definidos.

grande imprensa brasileira foi instada a se colocar e que, reitera-se, é aplicada pelo Governo Collor.

## **A CONSTITUIÇÃO DA HEGEMONIA ULTRALIBERAL NO BRASIL POR MEIO DA GRANDE IMPRENSA**

Vejamos, embora de forma panorâmica, como os quatro grandes jornais se colocaram perante o embate intervencionismo *versus* ultraliberalismo. O contexto, para tanto, será a chamada “Nova República”, momento particularmente importante da história brasileira, pois uma série de eventos marcou tanto a transição política como, sobretudo, a construção da agenda ultraliberal no país, tais como: os diversos choques econômicos, a elaboração da nova Constituição (1987/1988), a declaração da moratória da dívida externa (1987), a emergência de diversos grupos que se auto-denominavam liberais, tais como o Partido Liberal, o Instituto Liberal, assim como diversos movimentos sociais (ligados às classes médias e aos empresários) voltados à defesa da “livre-iniciativa”. Numa palavra, foi justamente neste período que as bandeiras ultraliberais chegaram ao Brasil, embora não fossem aplicadas pelo Governo Sarney. Houve, portanto, um descompasso – em um duelo – entre o que demandavam setores ponderáveis das elites estrangeiras e nacionais (dos quais a grande imprensa ocupa posição chave) e as ações governamentais e parlamentares. Vejamos então como a grande imprensa participou ativamente deste embate<sup>23</sup>.

Iniciaremos com a análise dos jornais doutrinários, pois auto-definidos como “liberais” – *JB* e *OESP* –, para, logo em seguida, apresentarmos os, também de certa forma auto-referidos, “pragmáticos”, isto é, *OG* e *FSP*.

Para o – militantemente liberal – *Jornal do Brasil (JB)*, a clareza da luta ideológica se expressa de forma perene, tal como o editorial abaixo demonstra cristalinamente:

“O fenômeno do thatcherismo transcende as fronteiras inglesas. É um dos traços mais característicos de um movimento que começa a dominar o atual fim de século e a inverter hábitos mentais e de comportamentos.

---

<sup>23</sup> As transcrições (de excertos) de editoriais e matérias dos periódicos não obedecerão necessariamente à cronologia em que foram publicados, pois o que mais nos interessa é tanto a análise de temas vinculados ao embate em foco como (sobretudo) o processo ideológico que levou à hegemonia das idéias ultraliberais, o que de certa forma independe de uma ordenação cronológica.



“Em meados do século (marcadamente nos anos 40), o keynesianismo deu respeitabilidade a formas novas de intervenção do Estado na economia – formas mais sutis do que o intervencionismo total e explícito inspirado no marxismo. Com Keynes, era possível ser inteligente defendendo intervenções localizadas e sofisticadas do Estado na economia de mercado. O Estado empunhava a bandeira da justiça social: marcaria presença sempre que fosse necessário corrigir *distorções* na economia.

“Isso gerou algumas décadas de ‘estatismo esclarecido’. (...)”

“A ‘revolução’ do thatcherismo põe em questão os efeitos desse movimento. Onde cada vez mais pessoas se colocam sob a proteção do Estado, o incentivo de crescer e produzir diminui pouco a pouco. (...) para exercer funções sempre crescentes, o Estado é obrigado a estabelecer (...) uma burocracia cada vez mais numerosa. (...) a manutenção dessa burocracia custa mais caro do que os eventuais benefícios que ela possa estar prestando. (...)”

“É um fenômeno mundial (...) Resta saber de que modo um país como o Brasil, sufocado por um estatismo abrangente, encontrará maneiras de viver, nesse terreno, a sua própria época. Dobram os sinos para a elefantíase do Estado. Quem não acordar para isso pode intitular-se ‘progressista’, mas estará apenas repisando chavões antiquados.” (JB, editorial, 13/06/87, ênfases do jornal, grifos nossos)

Esta passagem sintetiza não apenas a consciência acerca da grande *contenda mundial que antagonizara intervencionismo versus liberalismo*, como também demonstra como o jornal estava aparelhado para enfrentá-la. O viés crítico sobre os Estados europeus de bem-estar social ao lado dos contínuos e intensos aplausos ao ultraliberalismo de Thatcher são indicativos da grande batalha a qual o *Jornal do Brasil* se envolveu durante toda a transição democrática e mesmo depois desta. Em verdade, embora com algumas particularidades, os quatro periódicos possuíam esta clareza.

Esse é portanto o contexto internacional de constituição da hegemonia ultraliberal em que o thatcherismo tornara-se guia à grande imprensa; esta passa a questionar, por exemplo, os efeitos para a economia brasileira da *reserva à indústria nacional da*

*informática*, isto é, além das retaliações comerciais norte-americanas, a impossibilidade das empresas dos diversos setores terem acesso à tecnologia estrangeira de ponta. Assim, para o *JB*, não se deveria transformar a ambição de autonomia tecnológica “(...) em uma fábrica de cartórios, de xenofobia ou em uma catapulta para a informática dominar todo o processo industrial.” (*JB*, editorial, 04/11/86). Por mais que estas considerações sejam ponderadas e expressem uma proposição democrática – sobretudo a transparência dos aparelhos estatais e o controle por parte da sociedade dos recursos e processos decisórios –, o referido contexto ao qual se inserem faz com que mesmo estas demandas (eventualmente) democráticas sejam obscurecidas. Afinal, a atuação da grande imprensa em prol da implementação da agenda ultraliberal deu-se em detrimento de um debate em que as diversas vozes fossem ouvidas (sobretudo dos opositores desta ideologia) e, além do mais, fora destituído de um projeto nacional resultante da reversão do modelo de desenvolvimento.

Por isso, a oposição às reservas de mercado ao capital nacional, sobretudo à indústria de informática, esteve presente em praticamente todo o período de análise deste trabalho, tornando-se unanimidade na grande imprensa, com a breve e inicial exceção da *OG*. O fato de os periódicos serem importadores de tecnologia informacional, a começar pelas rotativas – cruciais à indústria da notícia –, é possivelmente um dos fatores para tanto, sobretudo num mundo interligado *on line*, com todas as suas implicações econômicas e tecnológicas. Por fim, a defesa do *Capital Global*<sup>24</sup> é igualmente fator chave à compreensão dos motivos da adesão da grande imprensa ao projeto ultraliberal, a começar pelo *JB*.

Quanto ao – liberal/positivista<sup>25</sup> – *O Estado de S. Paulo (OESP)*, este jornal levou ao paroxismo a comparação, normalmente descontextualizada, entre países que obtiveram sucesso e os que fracassaram em termos de desenvolvimento econômico, o que implicaria o Brasil ter de optar por qual modelo seguir. Por isso, em forma de pares antitéticos exagera propositadamente ao dizer que seremos ou Moçambique ou Japão, pois as definições do Congresso Constituinte (em 1987/1988) acerca de temas econômicos a serem inseridos na futura Constituição nos levariam a um ou outro modelo:

---

<sup>24</sup> Isto é, o capital como um todo, independentemente da origem geográfica, do setor de atuação e do modo de operar.

<sup>25</sup> Embora paradoxal em termos doutrinários, o “liberalismo positivista” de *OESP* se justifica em razão da defesa do liberalismo econômico conviver com a ênfase à ordem, ordem esta em que as Forças Armadas, entre outros exemplos, possuem papel – instrumental e simbólico – central para o jornal que, além do mais, apoiou fortemente o projeto constitucional mantenedor da tutela militar sobre a sociedade.

“A definição do Brasil pela modernidade ou pelo atraso dar-se-á a partir desta semana. (...) se na (...) Constituinte forem aprovados os textos do projeto da Comissão de Sistematização referentes à definição de empresa nacional, à presença do capital estrangeiro no País, ao monopólio estatal sobre a produção, distribuição e transporte de petróleo (...) à reforma agrária.

“É o futuro do Brasil que está em jogo – vale dizer, o futuro das gerações futuras que correm o risco, a prevalecer o nacionalismo exaltado, de não ter as condições indispensáveis a usufruir dos resultados da moderna tecnologia. (...) É por isso que se pode dizer que o que está sendo decidido é se o Brasil será Moçambique ou Japão” (*OESP*, editorial, 26/04/88)

É claro que a associação imagética do Brasil a Moçambique é forjada, pois tanto o desenvolvimento iniciado no Brasil desde 1930 como a inserção do país no sistema internacional (havida, a rigor, desde a Colônia), além do grau de diversidade econômica existente, tornam tal comparação totalmente desprovida de significado. A estratégia implica em apontar os “descaminhos” do Brasil, mesmo que a realidade contradite as assertivas realizadas. Assim, *OESP* expõe os exemplos internacionais como forma de, ostensiva e reiteradamente, cotejá-los ao Brasil. Note-se que este tipo de comparação encontrar-se-ia em todos os quadrantes, não sendo portanto privilégio de um continente. Mas, dada a proximidade e relativa semelhança com o Brasil, os exemplos latino-americanos foram os mais enfatizados. Daí inclusive o extremamente autoritário Chile do General Pinochet também ser considerado um modelo no que tange às reformas econômicas, e válido apesar do autoritarismo do regime. Esta face liberal do regime na arena econômica será considerada extremamente positiva, pois:

*“(...) até aqui envolta em sombras graças também à ação das patrulhas ideológicas que se movem no Continente e influenciam fortemente o discurso de largos setores da imprensa. A exposição desse outro lado (...) permite contemplar a boa saúde da economia nacional, batida por ventos favoráveis que*

a vão distanciando dos demais países da América Latina, atormentados por crises endêmicas, pelo crescente endividamento externo e pelo fantasma da hiperinflação.

“Esses estimulantes resultados decorrem da coerente firmeza com que vem sendo executada uma política econômica adotada ainda em 1973, e desde então, mantida a todo custo em seus caracteres essenciais. Um deles é a crença na eficácia da economia de mercado, conjugada com a certeza de que o peso da máquina do Estado deveria ser reduzido a seu limite mínimo.

“O Brasil, por exemplo, só teria a aprender se olhasse sem preconceitos um país que, se ainda é o Chile de Pinochet, já é também o Chile da economia de mercado e do Estado moderno.”(*OESP*, editorial, 14/08/88, ênfases nossas)

Este excerto é revelador de dois aspectos: o primeiro diz respeito à absoluta (e aludida) clareza de *OESP* quanto à contenda ideológica travada no mundo e sobretudo no Brasil. Portanto, pretendia obter uma nova hegemonia em meio à disputa pela implementação de um projeto pós-transição à democracia. Daí a explícita referência à imprensa que, segundo *OESP*, estaria submetida à hegemonia do que chamara, pejorativamente, em inúmeros editoriais, de visão “esquerdoide nacionalisteira”<sup>26</sup>.

O segundo e mais importante aspecto refere-se à *concepção de democracia*. Afinal, para o jornal (assim como para seus congêneres) a economia de mercado é pressuposto para a existência da liberdade e sobretudo da democracia. Ora, o que o exemplo acima do regime Pinochet revela é que, *para OESP, a liberdade de mercado não tem como consequência necessária a democracia*. Em outras palavras, o mercado parece conter a essência da (concepção de) liberdade. Logo, se puder haver liberdade de mercado conjugada com a democracia (pensada em termos estritamente político/institucionais) tanto melhor. Se não, o quesito “liberdade de mercado” seria suficiente – pode-se inferir – para se considerar um regime adequado *democrático*. No limite, parece preferível um país ser “livre” economicamente, e autoritário em termos políticos, do que o inverso, tal como,

---

<sup>26</sup> Em verdade, é destituído de sentido a contrariedade declarada de *OESP* para com seus pares da imprensa, pois toda ela, com maior ou menor ênfase adota os mesmos pressupostos e imagens e possui projetos muito semelhantes ao do periódico em foco. Não bastasse a unanimidade na grande imprensa, *OESP* parece requerer o fechamento de todo e qualquer espaço aos “atrasados” que se opõem ao projeto liberal, infere-se.

aliás, sustentam os ideólogos do ultraliberalismo, sobretudo F. Hayek. Portanto, as experiências internacionais seriam cruciais para o Brasil abrir os olhos para a “modernidade”<sup>27</sup>.

Observemos agora os jornais que se definem como “pragmáticos” (dado não advogarem doutrinas). No que tange ao – historicamente governista<sup>28</sup> – *O Globo (OG)*, o tema da *proteção ao Capital nacional* tornou-se progressivamente alvo de oposição cerrada, sobretudo em virtude da discussão da Ordem Econômica na Constituinte. O jornal dirá que restringir a participação do capital estrangeiro no país, diferenciando-o do nativo, implicaria “Restrição ao interesse nacional”, título de um editorial crítico e irônico à decisão diferenciadora inicialmente adotada pela Constituinte, pois:

“A definição extremamente restritiva de empresa nacional (...) não pode ter sido inspirada em propósito que mereça o nome de nacionalista, de tão contrária que é ao mais urgente interesse nacional, o do nosso desenvolvimento econômico e social. (...) Afinal, o mundo inteiro sabe hoje que os períodos de crescimento interno generalizado coincidem historicamente com as fases de mais livre e dinâmico comércio externo (...)” (*OG*, editorial, 24/11/87).

Dessa forma, o capital exterior será requerido e justificado – na verdade, pela grande imprensa como um todo –, pois apontará razões: a) de princípio (adesão ao liberalismo), b) pragmáticas (ausência de poupança nacional), c) históricas (a onda inescapável das reformas ultraliberais), e d) tecnológicas (a crença de que os capitais forâneos atualizariam tecnologicamente o parque produtivo do país), dentre outras. Dessa forma, *O Globo* – através de um discurso reiterativo – rejeita os argumentos dos que querem a proteção, pois: “Todas as propostas estatizantes em curso na Constituinte douram-se de progressistas, de bandeiras de esquerda, de socialistas. *Pouco importando*,

---

<sup>27</sup> Assim como os termos (universalizantes) “opinião pública”, “nação”, “povo”, “sociedade”, entre outras, “modernidade” mais encobre do que revela, pois para cada um destes as correntes ideológicas os preenchem com conteúdos radicalmente distintos, chegando mesmo a interpretações antitéticas. Portanto, é necessário precisar o que *OESP* – e toda a grande imprensa – entende por modernidade, pois sua utilização dá-se de maneira a provar teses, por parte do jornal, que o mesmo considera indiscutíveis, quando, na verdade, o conteúdo das mesmas é intrinsecamente controverso.

<sup>28</sup> O governismo de *OG*, ou melhor, do *Sistema Globo de Comunicação*, do qual o jornal é apenas uma parte, é verificável historicamente em virtude da obtenção de privilégios em relação ao Estado, tendo-se como contrapartida o apoio a – quase, pois o jornal conspirou contra João Goulart – todos os governantes.

*na atribuição do qualificativo de progressista, se apresentam um avanço ou recuo da realidade brasileira contemporânea (...)*” (*OG*, editorial, 08/06/87, ênfases nossas). A disjuntiva entre “progresso” e “estatização” aproxima o jornal de seus congêneres doutrinários.

Por outro lado, é importante notar que os contenciosos financeiros (com os credores internacionais) e comerciais, sobretudo com os EUA, se constituem em preocupações às quais não apenas *OG*, mas toda a grande imprensa, definem como essenciais. Em outras palavras, atacar posições tidas como nacionalistas seria fundamental a uma imprensa que, por mais que por vezes agisse ambigualmente, estava próxima à doutrina liberal, além de expressar um forte caráter patronal e representar interesses vinculados ao *status quo*.

Nesse sentido, ressalte-se que, além dos interesses materiais que a grande imprensa expressa, o *aspecto simbólico*, isto é, as representações valorativas envolvidas no imaginário de se pertencer ao chamado “primeiro mundo” possuem um peso não desprezível, dado que os periódicos transmitiram a idéia de que o Brasil poderia ser um país capitalista central. Sobretudo para uma imprensa que tem como interlocutores basicamente as classes médias e as elites econômico/culturais, paralelamente ao fato de que o próprio modelo ideológico de seus proprietários ser inspirado em particular nos EUA, tal simbolismo deve ser ressaltado.

Um exemplo significativo expresso por *O Globo* e representativo de toda a grande imprensa diz respeito à *dívida externa brasileira* que, no contexto de outros devedores, ocupa lugar privilegiado na agenda política em virtude tanto dos efeitos internos à economia como do relacionamento com a comunidade internacional. Tema por excelência controvertido, *OG* se posiciona de forma ambígua, pois ao mesmo tempo em que critica a iniquidade da ordem internacional, evita radicalizações, tendo em vista afastar-se completamente de teses que, mesmo indiretamente, pudessem ser associadas às perspectivas: a) “esquerdistas”, b) nacionalistas, c) “terceiromundistas”, d) anticapitalistas, e e) voltadas à oposição entre países “ricos” e países “pobres”. Assim, ao criticar um pronunciamento do presidente Sarney, devido a um (considerado) veto moralizante sobre a assimetria internacional, afirma que: “Propor atualmente uma união do Terceiro Mundo – com os países pobres tentando se desenvolver por conta própria, ‘à revelia dos ricos’ –,

firmada talvez num eixo Pequim-Brasília, é (...) incoerência em quem falara de parceria: a parceria começa pela negação dos exclusivismos, (...) é reconhecimento, teórico e prático, da complementaridade econômica.” (OG, editorial, 07/07/88). Portanto, as posições de OG – e de seus congêneres – permanentemente procuram guardar um claro distanciamento em relação àquilo que possa ser identificado com as bandeiras de seus adversários ideológicos. No exemplo acima, Sarney teria se equivocado ao esposar opiniões esgrimadas justamente por estes adversários; esta crítica ao presidente será, de toda forma, excepcional, pois, além do governismo contumaz, OG apoiará iniciativas governamentais voltadas a minorar o problema da dívida – *desde que não implicassem em rupturas ou radicalizações, pois somente pertenceríamos ao “primeiro mundo” se nos aproximássemos deste.*

Mas a ordem internacional será criticada, pois o pagamento da dívida externa, dadas as altas taxas de juros, comprometeria o desenvolvimento do país assim como sua capacidade de pagar a própria dívida. Deveria haver, portanto, *responsabilidades compartilhadas* entre devedores e credores, pois: “Os países devedores têm uma boa dose de responsabilidade por essa situação, à medida que se preocuparam em pintar o FMI ou os credores do Clube de Paris como bodes expiatórios de todos os seus males. Mas (...) os países ricos e as instituições internacionais pouco também se movimentaram para atenuar a crise (...)” (OG, editorial, 13/03/88). Esta passagem de certa forma resume a posição do jornal sobre o problema, pois, ao exercer funções de porta-voz do Capital Global atua no sentido de *evitar deteriorações no relacionamento entre credores e devedores*, pois levariam potencialmente a uma crise sistêmica do capitalismo, abrindo flancos aos adversários deste regime. Afinal, existiriam “(...) inúmeras fórmulas capazes de conciliar os interesses do Brasil com os dos credores (...)” (OG, 17/07/89).

O aspecto crucial, válido para todos os jornais, refere-se ao zelo por uma ordem internacional mais equânime, isto é, que preservasse os interesses e a *reprodução do capitalismo e do Capital Global*; em outras palavras, procuraram um equilíbrio numa instável situação<sup>29</sup>.

---

<sup>29</sup> Baseamo-nos aqui no seminal livro de OFFE, Claus. *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*.....

Finalmente, para a – ideologicamente volátil<sup>30</sup> – *Folha de S. Paulo (FSP)*, que demonstrou uma atenção extremada em relação à adesão do país às “tendências (ultraliberais) internacionais”: “Um mínimo de sensibilidade às *tendências da opinião pública* (...) bastaria aos constituintes para decidir de modo a não sacrificar, com algumas frases de efeito e restrições legislativas arbitrárias, os *interesses pragmáticos do país*.” (FSP, editorial, 18/04/87, ênfases nossas). O pragmatismo referido implica a rejeição a que se adotassem “princípios ideológicos” quanto ao modelo de desenvolvimento. Pragmatismo é, pois, para o jornal, antítese de ideologia, o que resultaria em ganhos ao “bem comum”.

Ressalte-se, contudo, que em plena era de ascensão de grupos portadores de bandeiras ideológicas de estirpe ultraliberal – casos de Thatcher e Reagan, entre outros – e, mais ainda, de efetivas reformas informadas por esta ideologia, propugnar pragmatismo em detrimento aos valores ideológicos parece algo pouco crível. Afinal, se a própria FSP não se cansou de apontar as *tendências internacionais pró-mercado*, e, sendo estas em boa medida resultantes deste discurso ideológico – e também das mudanças no modelo de acumulação, como vimos –, é evidente que tais mudanças seriam claramente ultraliberais. A maneira incisiva com que retrata este movimento leva-nos a inferir que a FSP talvez não tenha aderido ao programa ultraliberal *como um todo*, mas aceitou integralmente, sem questionar, o *sentido* deste movimento, sobretudo a partir de 1987. É isso o que se infere do editorial intitulado “Economia e privatização”:

“Não é novidade que os países ocidentais de maior desenvolvimento atravessam um período de valorização do papel da economia privada e de refluxo do Estado-empresário. Esse verdadeiro processo de retomada da iniciativa particular sequer se limita aos governos baseados em forças conservadoras. (...) Não faltam, assim, exemplos de países que escolheram a alternativa privatista; *não faltam resultados extremamente favoráveis obtidos por políticas amplas de transferência das empresas governamentais para a sociedade*.

---

<sup>30</sup> A volatilidade ideológica da FSP se explica pelo fato de o jornal mudar de posicionamento de tempos em tempos, não guardando um fio condutor desde que a família Frias de Oliveira assumiu o comando do *Grupo Folha*.



“São casos que não podem ser desprezados pelas economias excessivamente estatizadas (...)” (*FSP*, editorial, 15/06/87, ênfases nossas)

Como se vê, é difícil dizer-se não influenciado pela ideologia hegemônica, por mais que não se concorde inteiramente com a mesma, pois justamente as tão propaladas “tendências internacionais” nada mais representaram do que a progressiva instauração, nos mais diversos quadrantes, da configuração de um Estado *aproximadamente* (ultra)liberal<sup>31</sup>, em que a **privatização** tornou-se um verdadeiro símbolo .

Quanto ao posicionamento dos jornais na ideologicamente polarizada sucessão presidencial de 1989, quanto mais o quadro eleitoral fora se tornando nítido a *Folha* intensificou seu auto-requerido papel de “fiscal” dos candidatos. Mais ainda, deixou claro que o papel da *moderna* imprensa nas democracias seria justamente este<sup>32</sup>. Assim, segundo a *FSP*, haveria por parte da imprensa “O dever de desconfiar”, título de um editorial voltado à explicitação de sua postura editorial nas eleições. Tal dever se expressaria em relação a toda e qualquer proposta dos candidatos, mas em especial às relativas à sintonia, ou não, entre o conteúdo das “propostas” e o “passado” dos postulantes, ou ainda (caso do editorial abaixo) à utilização do marketing político em detrimento dos conteúdos das propostas. Para a *FSP*:

“Uma tentativa desesperada de neutralização, de pasteurização, de superficialização das atitudes e dos comportamentos parece orientar a campanha política: o desempenho de Collor nas pesquisas eleitorais tem indicado o sucesso desta estratégia.

“Um jornalismo que não queira compactuar com este processo; que se recuse a servir como linha auxiliar de um vasto mecanismo de administração anônima das atitudes políticas; que não se contente com a superficialidade ilusória das

---

<sup>31</sup> Falamos em Estado “aproximadamente” ultraliberal em razão do programa, como um todo, desta doutrina, jamais ter sido integralmente implementado. Mais ainda, sobretudo nos países em que o Estado de bem-estar social fincou raízes históricas houve resistências dos setores sociais organizados e dependentes da seguridade social, pois conseguiram manter certos níveis de investimento estatal em áreas sociais.

<sup>32</sup> O tema da “modernidade” é aqui requerido como *modus operandi* do próprio jornal: esta assertiva é auto-requerida por todos os periódicos em tela.

imagens bem comportadas terá de exercer (...) ao máximo o seu espírito de crítica e a sua desconfiança, contra todas e quaisquer candidaturas.(...)

[Por outro lado] “*Nada seria mais equivocado do que pretender que determinado órgão de imprensa atue como se fosse um substituto da sociedade, como se pudesse, pela manifestação de suas simpatias, de suas esperanças subjetivas, agir como um colégio eleitoral imaginário e privilegiado, que precedesse, com suas escolhas e inimizades, uma decisão que pertence apenas ao eleitor.*” (FSP, editorial, 21/06/89, ênfases nossas)

A fiscalização ativa e independente é o que propõe o jornal e, de fato, procedeu dessa forma com todos os candidatos. Ocorre, contudo, que uma **cobertura jornalística** não se circunscreve simplesmente à adoção de um método homogêneo de acompanhamento de todas as candidaturas ou mesmo de distribuição de espaços semelhantes. Uma cobertura é feita com sutilezas, que, no caso, foi possível captar através de uma série de reportagens que a FSP publicou durante todo o mês de outubro de 1989, portanto muito próximo às eleições. Tratavam-se de reportagens especiais diárias<sup>33</sup> denominadas “Menos Governo, Menos Miséria”, vinculando ostensivamente a existência de graves desigualdades sociais no país – expressas no lema “menos miséria” – às alegadas e supostamente demonstradas mazelas do setor público, identificadas pela expressão “menos governo”; logo, menos miséria significaria menos governo. Consequentemente, todos os candidatos identificados com o “aumento” das funções do governo queriam, mesmo que não soubessem/quisessem, mais miséria<sup>34</sup>. Mais ainda, tendo em vista a polarização Lula/Collor, é claro que a FSP, com este conjunto de reportagens, apoiou a candidatura Collor por representar o anti-estatismo, por mais que criticasse o candidato. Assim, o auto-requerido apartidarismo se desvanece, em nome seja de uma visão de mundo particular,

---

<sup>33</sup> Note-se que o recurso às reportagens especiais é comum na grande imprensa, sobretudo em conjunturas candentes.

<sup>34</sup> Esta série de reportagens, que durou cerca de três semanas, foi *diariamente comentada nos editoriais*, e versou sobre inúmeros temas, tais como: renúncias fiscais, monopólio estatal do Petróleo, índices sociais, burocracia, educação pública, estrutura tributária, subsídios e patrimonialismo, dentre inúmeros outros. Todos os temas abordados procuraram demonstrar ostensivamente a inépcia governamental quanto à “questão social” em razão do atendimento privilegiado a segmentos, especialmente os burocráticos, corporativos e empresariais. Portanto, quanto menos governo (intervenção do Estado), menos miséria. Enfatize-se que o fato desta série ter se iniciado e encerrado com editoriais em primeira página (incomum a este jornal) é por si só significativo.

seja (sobretudo) de interesses que o jornal representa. Ou ambos. *O fato de Collor representar a agenda ultraliberal foi, sem dúvida, o mote parra a adesão de toda a grande imprensa à sua candidatura.*

Mas, ainda na passagem acima, sublinhamos sua parte final em razão da afirmação do jornal em não “querer substituir a sociedade” em seus julgamentos eleitorais. Em verdade, como *aparelho privado de hegemonia* de fato não se trata de substituição, mas sim de *indução*, isto é, de *dirigir seus leitores através da criação de imagens e representações* – tais como o “apartidarismo”, dentre outras – que possibilitassem fazê-los reproduzir as idéias que (o jornal) esposasse. É claro que esta função “reprodutora” implica persuasão subliminar, além de estratégias articuladas num projeto editorial que se tornasse orgânico e sistemático. Este, por sua vez, paulatinamente incluiu altos investimentos em marketing – o mesmo que o jornal tanto criticara nos candidatos – como forma de consolidar uma imagem de independência que, além do mais, valeu ao *jornal enquanto empresa* um significativo aumento de faturamento.

Embora não tenha sido possível incluir dados sobre faturamento dos jornais, é de domínio público que a *FSP*, ao expandir enormemente suas vendas, auferiu lucros compatíveis com estas. Além do mais, em 1995 construiu um sofisticado parque gráfico nas cercanias de São Paulo; não bastasse isso, a modernização do processo produtivo do jornal, notadamente através da aquisição de tecnologia e equipamentos importados é um processo constante na *FSP*, sendo assimetricamente acompanhado pelos outros jornais, no período de análise em foco. Por exemplo, em 1989 o jornal faz alarde, em *reportagem* em tom ufanista, por ter investido US\$ 10 milhões em equipamentos “com recursos próprios”. Na mesma reportagem faz considerações acerca da circulação dos jornais concorrentes, demonstrando sua superioridade nas vendas. Diz que, no primeiro semestre de 1989, o diferencial era: “(...) 5,85% superior ao registrado pelo ‘O Globo’ (...), 33,07% sobre ‘O Estado de S. Paulo’ (...) e 44,50% em relação ao ‘Jornal do Brasil’ (...)”.<sup>35</sup> Note-se, contudo, que o *sistema Globo* vem rivalizando com a *FSP* em termos tecnológicos e de investimentos em seu parque gráfico.

Portanto, essa imagem editorial supostamente independente fora reiterada pelos quatro periódicos, que procuraram defender a agenda ultraliberal e as candidaturas que melhor a

---

<sup>35</sup> *FSP*, reportagem, editoria de Política, 19/11/89.

expressassem de forma a transmitir ao leitor a idéia de “independência” e de “neutralidade”.

## À GUISA DE CONCLUSÃO

Em razão da imensa semelhança no *modus operandi* dos jornais em foco – embora tivessem perfis ideológico/editoriais distintos, caso do *doutrinarismo liberal* do *JB* e de *OESP*, em contraste ao *pragmatismo* de *OG* e da *FSP* –, procurou-se compreender o sinuoso caminho da grande imprensa durante a “Nova República” com vistas à obtenção da hegemonia ultraliberal, que fora finalmente obtida a partir de 1990 com o Governo Collor. Os quatro jornais interpretaram as *tendências internacionais ultraliberais* como desejáveis e inescapáveis, aclamando a precedência da esfera privada sobre a pública e do Capital sobre o Trabalho, cabendo ao ultraliberalismo a primazia político/ideológico/cultural. Para tanto, os *exemplos internacionais* (países distintos supostamente bem sucedidos em razão da adesão às reformas liberais) foram sofisticadamente utilizados como forma de demonstrar a vitória do capitalismo ultraliberal sobre todas as formas de intervencionismo.

Por detrás das “informações” que afirmaram reportar, ocultaram-se jornais com objetivos ideológicos muito bem definidos, pois atuantes como *atores políticos*, *aparelhos privados de hegemonia* e *empresas capitalistas*.

Em razão dessas características, quando dos trabalhos constituintes em que sobretudo o papel da empresa nacional e do Estado na economia foram discutidos, os quatro jornais bateram-se por uma Constituição que fundamentalmente não distinguisse o capital nacional do estrangeiro, demonstrando assim seu papel como *representante do Capital Global*. A rigor, durante todo o período de elaboração constituinte os jornais procuraram influir nos debates parlamentares por meio da elaboração de argumentos e sobretudo de *imagens fortes*, *muitas vezes caricaturais*, quanto aos efeitos maléficos de uma economia em que o Estado participasse das relações produtivas, enfatizando-se portanto a precedência do mercado. Simbolicamente afirmaram que as “reformas orientadas para o mercado” levariam o país à “modernidade” e ao “primeiro mundo”: imagens que foram exploradas à exaustão, de forma uníssona, praticamente indistinguindo os periódicos que, reiterar-se, guardavam matrizes ideológico/editoriais distintas.

Essa atuação uníssona dá-se sobretudo a partir de 1987, quando o país declarou moratória do pagamento da dívida externa, permitindo-nos a conclusão de que a agenda político/econômica de Collor fora rigorosamente elaborada pelas elites representadas pela grande imprensa, sobretudo as classes médias e largos setores do capital nacional, associados (ou desejosos de se associar) ao capital estrangeiro. Dessa forma, o debate sobre o modelo de desenvolvimento nacional fora obstado por uma imprensa que se preocupou em estigmatizar os adversários – esquerda, nacionalistas e protecionistas –, taxando-os de “ultrapassados”, dentre outros impropérios, o que implicou, portanto, um veto a qualquer diálogo com os que divergissem da agenda ultraliberal, seja quanto à forma de sua implementação seja quanto ao conteúdo. Os periódicos atuaram, portanto, de forma antidemocrática e antipluralista, em contraste ao apregoado discurso de que seriam imprescindíveis – como empresas “livres” e “privadas” de comunicação – à democracia. Este aspecto é, aliás, pouco explorado pela própria teoria da democracia brasileira.

Assim, em *nome da democracia, da opinião pública, da sociedade, do progresso e da modernidade*, os quatro jornais aprofundaram a dominação do Capital Global com vistas a implementar a hegemonia ultraliberal, agora num contexto pós-socialista e em pleno auge da terceira revolução industrial (elemento central da referida acumulação flexível). O *modus operandi* dos periódicos pode ser definido como “pensamento único” (típico, aliás, do ultraliberalismo), tendo em vista a articulação entre **forma e conteúdo** havida em prol da manutenção do *statu quo* (a distribuição desigual da riqueza e do poder), o que implicou uma justificação simplista do capitalismo contemporâneo e sobretudo dos processos políticos e econômicos que levaram à sua constituição. A grande imprensa brasileira, portanto, vulgarizou o debate político e o divulgou ao público leitor de tal forma que obscureceu um tema altamente complexo e que teria/teve enormes conseqüências às diversas gerações de brasileiros. Forjou, dessa forma, o consenso ultraliberal. Este papel político/ideológico dos quatro periódicos aqui analisados faz-nos refletir, sobretudo tendo em vista a Teoria da Democracia, sobre o verdadeiro papel da imprensa privada numa sociedade que se requer democrática.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996.
- BRUNHOFF, Suzane de. *A Hora do Mercado: Crítica do Liberalismo*. São Paulo, Unesp, 1991.
- BORIN, Jair. *Imprensa: empresas e negócios – um perfil quantitativo/qualitativo do mercado da notícia no Brasil*. Tese de Livre-docência, ECA, USP, 1993.
- CAPELATO, Maria H. e PRADO, Maria L. *O Bravo Matutino - Imprensa e Ideologia: o Jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo, Alfa-Omega, 1980.
- CAPELATO, Maria H. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo, Contexto/Edusp, 1988.
- COCKETT, Richard. *Thinking the Unthinkable (Think-Tanks and the Economic Counter-Revolution, 1931-1983)*. London, HarperCollins, 1995
- COUTINHO, Carlos N. *Marxismo e Política: A Dualidade de Poderes*. São Paulo, Cortez, 1994.
- EAGLETON, Terry. *Ideology, An Introduction*. Oxford, 1991.
- FONSECA, Francisco. *O Consenso Forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 2005
- \_\_\_\_\_ “A democracia virtual: a mídia sem freios e contrapesos” In IANNI, Octavio et. al (orgs.). *Desafios da Comunicação*. Petrópolis, Vozes, 2000.
- \_\_\_\_\_ “O Falso Pluralismo Democrático da Grande Imprensa” In *Revista Imprensa*”, dezembro/2001, edição nº167, págs. 80 e 81.
- \_\_\_\_\_ “O trabalho Ideologicamente Retratado: a Intermediação Patronal e Autoritária do Conflito Social pela Grande Imprensa”, In DAWBOR, Ladislau et. al. (orgs.). *Desafios do Trabalho*, Editora Vozes, 2004.
- \_\_\_\_\_ “O conservadorismo patronal da grande imprensa brasileira”, In *Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop)*, Campinas, Editora da Unicamp, outubro de 2003, volume IX, nº2.
- GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. R. de Janeiro, Civilização Brasileira, 1985.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro, Civil. Brasileira, 2001 (5 vols).

GUDIN, Eugênio e SIMONSEN, Roberto. *A Controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira*. Rio. de Janeiro, Ipea/Inpes, 1978.

HARVEY, David. *The Condition of Postmodernity*. UK, Oxford, 1989.

HAYEK, F. *O Caminho da Servidão*. R. de Janeiro, Expressão e Cultura/Inst. Liberal, 1987.

HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914-1991)*. S. Paulo, Cia. das Letras, 1995

HIRST, Paul, e THOMPSON, Grahame. *Globalization in Question*, Oxford, 1996.

IANNI, Octavio *et. al* (orgs.), *Desafios da Comunicação*. Petrópolis, Vozes, 2000.

MELO, José Marques de. *A opinião no Jornalismo Brasileiro*. Petrópolis, Vozes, 1994.

OFFE, Claus. *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

TASCHNER, Gisela. *Folhas ao Vento. Análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.

THERBORN, Göran. "A Crise e o Futuro do Capitalismo" In SADER, E *et. al.* (orgs.) *Pós-Neoliberalismo*, Rio de Janeiro, Ática, 1992.

THOMPSON, Andrés A. "Think Tanks" *en la Argentina (Conocimiento, Instituciones y Política)*. Buenos Aires, Centro de Estudios de Estado y Sociedad, 1994.

WEBER, Max. "Para una Sociología de la Prensa" In Revista Española de Investigaciones Sociológicas, nº 57, jan-mar./1992, Centro de Investigaciones Sociológicas, Madrid.